

**SESSÃO ESPECIAL DE POSSE DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 1990.**

CONSELHEIRO SEVERINO OTÁVIO RAPOSO — Presidente

Tendo o número suficiente de Conselheiros, declaro aberta a sessão solene de posse e designo uma comissão formada pelos Srs. Conselheiros, ANTÔNIO CORRÊA DE OLIVEIRA e HONÓRIO ROCHA para conduzirem ao Plenário S. Exa. o Sr. Governador do Estado, DR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR.

Convidamos para tomar lugar à Mesa os Exmos. Srs.:

DEPUTADO ARGEMIRO PEREIRA

Representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado;

DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco;

CEL. JOSÉ JEFFERSON DE MELO REBOUÇAS  
Representante do Comando Militar do Nordeste;

CAPITÃO-DE-CORVETA, ROMEL GUIMARÃES CORREIA  
Representante da Capitania dos Portos;

VICE-PREFEITO DO RECIFE, DR. GILBERTO MARQUES  
PAULO  
Representante do Prefeito do Recife.

Concedo a palavra ao Sr. Conselheiro ANTÔNIO CORRÊA DE OLIVEIRA.

DISCURSO DO CONSELHEIRO ANTÔNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

EXMO. CONSELHEIRO SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO  
Digno Presidente desta Corte de Contas;

EXMO. SR. DR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR  
Governador do Estado de Pernambuco;

EXMO. SR. DEPUTADO ARGEMIRO PEREIRA  
Representante do Presidente da Assembléia Legislativa do  
Estado;

EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;

DEMAIS AUTORIDADES COMPONENTES DA MESA

SRS. CONSELHEIROS;

MINHAS SENHORAS;

MEUS SENHORES;

FUNCIONÁRIOS DESTE TRIBUNAL.

Esta é uma sessão de ritual próprio. De nuances diversas. De matizes vários. A da posse do presidente e do vice para o ano, ontem, iniciado. Ano de esperanças e, certamente, de transformações, característico do dinamismo atual. Dinamismo a impulsionar, a modificar estruturas, a fazer convergências, a solidificar aspirações, a buscar o melhor, mais equânime, racional e justo.

As instituições, como as pessoas, têm os seus dias singulares. Para uma Corte de Contas, é singular, de expressão maior, o da transferência da direção, do comando, da entrega do destino, da chefia, à novas mãos que chegam aos postos maiores, com a consagração unânime do Colegiado, de seus integrantes.

Aprovação unânime, Conselheiros Fernando Correia e Adalberto Farias, que significa esperança, no rumo a ser encetado, na gestão, ora iniciada.

Este é, portanto, um dia que emociona, e vivifica o Tribunal que, ao longo da existência, faz da lei sua inspiração maior a objetivar cumprimento do dever, cômico de um papel cuja responsabilidade aumenta, no dia-a-dia, a defender, zelar pela correta aplicação dos dinheiros públicos.

Esta, também, é uma hora de testemunho ao conselheiro Severino Otávio, pelo empenho, dedicação com que se entregou à tarefa difícil e nobilitante de presidir a Casa.

Casa que durante duas décadas, funcionou em prédio alugado. De instalações precárias. Superando dificuldades, mercê da desvanecedora dedicação de funcionários, que no

trabalho cotidiano souberam criar e manter respeitabilidade dignas de encômios, credoras de louvações.

Hoje melhor situada, em rua romântica, Aurora, integrada na paisagem recifense e de edifícios nobres, como o da Assembleia Legislativa e do Ginásio Pernambucano, e a contemplar o deslizar quase sempre manso de águas, para tristeza nossa, poluídas do Capibaribe, rio presente à imaginação extraordinária de intelectuais conterrâneos, de fama transnacional.

O caminho foi longo. Da doação do terreno; início das obras, paralisação dos serviços, por mais de dez anos, alocação de verbas, para no final de 88, a tão desejada inauguração, que permite cerimônia do porte desta. De relevância e a ressaltar folha de serviços prestados à causa pública.

Parlamentar, ex-secretário da Prefeitura do Recife, te-lúrico, de raízes fincadas em nosso Agreste, de fidelidade por todos proclamada, V. Exa., Conselheiro Adalberto Farias, conquistou a estima e a admiração dos que têm o privilégio de sua convivência. Convivência que faz crescer a amizade pelas atitudes elegantes e cavalheirescas em todo o seu proceder. A Ihanza é de seus atributos.

V. Exa., Conselheiro Fernando Correia, é por vocação e viver um cidadão. Filho da cidade maurícia. Irrequieta e libertária. Nela encontrou exemplos para uma conduta em parâmetros ao adotar posições coerentes com sua cultura.

Sua personalidade enquadra-se naquela, vista, de maneira inusitada, pelo inolvidável Fernando Pessoa, ao retratar personagem portuguesa, em obra poética "Mensagem":

“Claro em pensar, e claro no sentir,  
E claro no querer;  
Indiferente ao que há em conseguir  
Que seja só obter;  
Duplice dono, sem me dividir;  
De dever e de ser”

Aqui chegou, trazendo conhecimentos de advogado, dos mais diversos setores. De partidos políticos e de empresa privada. De secretário de governos municipal e estadual.

Seus votos revelam domínio e conhecimento de matérias conflitantes. Sua preocupação, manter na interpretação de textos e do direito invocado, uma coerência de propósitos e de idéias, peculiar aos de boa formação jurídica.

V. Exas., Conselheiros Fernando Correia e Adalberto Farias, começam a fazer hoje o amanhã deste Tribunal.

Se nobilitante o encargo, tem percalços. E o trabalho árduo, impessoal a merecer a cooperação de todos. Tenham diante de si, versos de João Cabral de Melo Neto, poeta dos maiores a descrever sofrimento de nossa gente, a beleza de nossas regiões e também da Galícia espanhola. Enfático, expressivo e conciso, no “Tecendo a manhã”:

“Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos”.

Assim V. Exas., buscando a colaboração de todos, integrantes do colegiado e funcionários, fácil, bem mais fácil, será a tecedura do amanhã.

Tecedura do amanhã para Tribunal que tem suas maiores atribuições no controle externo da administração financeira e orçamentária. Atribuições ampliadas, pelas novas cartas magnas, federal e estadual, e que se expressam em funções técnicas, opinativas, verificadoras, assessoras e jurisdicionais, administrativas.

Tribunal que se sente muito mais realizado, em sua função pedagógica, orientadora, que punitiva.

E que nesses 22 anos de vida, tem recebido apoio da opinião pública e da imprensa; opinião pública a aplaudi-lo ao tentar evitar descaminhos, imprensa a notificar suas decisões, que servem de advertência aos que tentam enganar e ilaquear no trato de recursos das coletividades.

Penso ser sentimento de todos não lhes faltar com o auxílio necessário sempre no sentido do melhor interesse do bem comum, mantendo, assim, tradição, que é o maior galardão nosso.

A V. Exas., Conselheiros Fernando Correia e Adalberto Farias, a saudação fraterna e amiga, e a certeza de que clarão o melhor de si, no desempenho das responsabilidades do cargo, com a vida pública que possuem, para um dimensionamento ascendente desta Corte de Contas.

## DISCURSO DO CONSELHEIRO SEVERINO OTÁVIO RAPOSO

EXMO. SR. DR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR  
Governador do Estado de Pernambuco;

EXMO. SR. DEPUTADO ESTADUAL ARGEMIRO PEREIRA  
Representante do Presidente da Assembléia Legislativa do  
Estado;

EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VAS-  
CONCELOS  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco;

SR. CORONEL JOSÉ JEFFERSON DE MELO REBOUÇAS  
Representante do Comando Militar do Nordeste;

SR. CAPITÃO-DE-CORVETA ROMEL GUIMARÃES CORREIA  
Representante da Capitania dos Portos;

EXMO. SR. DR. GILBERTO MARQUES PAULO, VICE-PRE-  
FEITO DO RECIFE  
Representante do Prefeito do Recife.

Concluimos, nesta data, o nosso mandato à frente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, passando a presidência da Casa ao Conselheiro FERNANDO CORREIA, meu Vice-Presidente.

Sua participação na gestão que ora se conclui, faz-nos antever uma excelente administração, para o que muito deverão contribuir a sua lúcida inteligência, a sua autenticidade, o seu comportamento humano e a experiência de vários cargos públicos já exercidos.

Terá a secundá-lo, na Vice-Presidência, o Conselheiro ADALBERTO FARIAS que, apesar de ser o mais jovem integrante desta Corte, concentra em si as principais virtudes inerentes ao bom magistrado, entre elas, o bom senso e o equilíbrio emocional.

Aos dois, os meus cumprimentos e os votos de que, ao assumirem, dentro de instantes, os seus honrosos cargos, sejam ungidos com a proteção de Deus para que os exerçam com justiça, sabedoria e lucidez, visando, principalmente, ao bem-estar de seus funcionários e a manutenção do prestígio desta Corte de Contas.

Senhores Conselheiros,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores,

A nossa administração foi simples, como simples é a nossa vida, sem aqueles procedimentos que, por ambiciosos, alimentam a vaidade. Muito ao contrário, procuramos dar à nossa Presidência o traço marcante da humildade, sem obviamente, abdicarmos da autoridade que o cargo nos impunha.

Os nossos atos, todos eles necessários e justos, não tiveram a grandiosidade que impressiona, mas resultaram em reais benefícios para o órgão deliberativo, para a administração e, acima de tudo, para os nossos servidores.

Assim, nomeamos uma comissão presidida pelo Conselheiro Ruy Lins de Albuquerque, visando a proceder os estudos necessário à elaboração do nosso Regimento Interno, logo aprovado pelo Egrégio Plenário. Os efeitos positivos, sobretudo, por evidente, tornam desnecessários enumerá-los. Preocupou-nos, sobremaneira, o bom relacionamento com os Municípios. Antes de simplesmente denunciar as falhas existentes na documentação apresentada ao Tribunal de Contas, preferimos a atitude esclarecedora, de que é bom exemplo, o encontro de prefeitos e vereadores com os nossos técnicos, debatendo os principais problemas existentes na interpretação da norma legal. Ao final do ano, 253 consultas foram respondidas pelo pleno desta Corte, afora consultas feitas por telefone aos nossos Auditores, dirimindo dúvidas que, porventura, existam com relação a aplicação do dinheiro público.

A Revista do Tribunal de Contas encontra-se em fase de impressão na Companhia Editora de Pernambuco completando um sonho do ex-Conselheiro JARBAS MARANHÃO.

Para um efetivo aprimoramento dos recursos humanos, a Presidência do Tribunal de Contas reativou o Centro de Treinamento dos Servidores deste Tribunal, propiciando a realização de encontros e cursos de Contabilidade Pública e Auditoria, Contabilidade Básica e, ainda, de Redação e Conhecimentos Gramaticais. Ainda, por gestões da Presidência junto a Entidades Nacionais e Internacionais, foi possível a participação de Auditores das Contas Públicas em Cursos de Auditoria, como o programa avançado de Auditoria Governamental, promovido pelo Banco Mundial, para qual foram selecionados cinco representantes deste Órgão, para freqüência de, aproximadamente, seis meses nas cidades de Salvador e Brasília.

Assim, propiciou-se, também, a participação de Encontros, Seminários e Cursos de curta duração nos Estados de Goiás, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Por conseqüência, o Tribunal de Contas teve sua ação fiscalizadora aprimorada, ganhando em amplitude e extensão, credenciando-se junto à comunidade como co-responsável na tarefa de, resguardando a moralidade administrativa, permitir a realização do Bem Comum — escopo do Estado Moderno.

Conseguimos através de um anteprojeto de lei que, aprovado pelo Egrégio Plenário, foi submetido ao Poder Legislativo, daí resultando a Lei nº 10.262 que ampliou o Quadro de Funcionários, possibilitando, desta forma, um desempenho mais rápido e mais eficiente por parte desta Instituição.

Os baixos salários dos servidores deste Tribunal de Contas levou-nos a manter entendimentos com os Poderes Executivo e Legislativo no que resultou em um outro projeto de Lei, já aprovado pela augusta Assembléia e ora para ser sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Resolvemos, pois, um problema que nos angustiava desde que assumimos a Presidência. Nesse mês de janeiro, os nossos servidores terão salários mais condignos à sua condição de seres humanos, o que, certamente, resultará em maior eficiência funcional.

Dignas Autoridades!  
Prezados Convidados!

É de praxe, nesta oportunidade, apresentar o Presidente que deixa o cargo, um resumo de sua administração. Assim o fazemos de forma sintetizada, relatando as atividades de maior significação.

No exercício de 1989 foram lavrados 3.027 Acórdãos, 226 Pareceres Prévios e emitidas 832 Decisões. Foram realizados exames **in loco** em todos os Municípios do Estado e aprovadas ou em fase de apuração todas as denúncias encaminhadas a este Tribunal.

Senhoras e Senhores,

É chegada a hora de concluir!

É hora, também, de passar o bastão de comando ao nosso substituto, com a consciência de bem haver cumprido o nosso dever.

Para isso contamos com a colaboração e a compreensão do Exmo. Sr. Governador Migual Arraes de Alencar e dos seus Auxiliares, entre os quais gostaria de destacar os Srs. Secretários Fernando Pessoa, Pedro Eugênio e a Dra. Tânia Bacelar, Digníssima Secretária da Fazenda.

A augusta Assembléia Legislativa de Pernambuco, a qual tive a honra de, por dois mandatos consecutivos, a ela pertencer, os nossos agradecimentos. A toda uma equipe de Assessores dedicados que, sem medir sacrifícios, colaborou conosco na administração deste Tribunal, permitindo que chegasse a bom termo a nossa Presidência. A esses leais companheiros, em particular, e aos funcionários, em geral, o nosso comovido agradecimento.

Esperamos continuar merecendo de todos o respeito e a admiração de sempre, sentimentos que, se inexistentes, tornam o homem um ser objeto, por mais alta que seja sua posição na hierarquia social.

Conselheiro FERNANDO CORREIA!

Transmito a Vossa Excelência a Presidência deste Tribunal de Contas, certo de que, com a sua invulgar inteligência, a sua experiência administrativa e a sua probidade, há de realizar uma gestão profícua, a exemplo de tantas outras passadas.

Saudamos os Senhores Conselheiros OLIVEIRA NETO, RUY LINS DE ALBUQUERQUE, ANTÔNIO CORRÊA DE OLIVEIRA e HONÓRIO ROCHA, bem como o Auditor Geral, Dr. LUIZ ARCOVERDE e ao Procurador Geral, DR. GILVANDRO DE VASCONCELOS COELHO, e aos Procuradores, EDSON MOURY FERNANDES e ELIANA LAPENDA que, desde que aqui chegaram, vêm dando tudo de si para o engrandecimento da Instituição.

A todos os presentes, Autoridades, Convidados e Funcionários — que honram e enobrecem esta Sessão Especial, o nosso mais estremecido agradecimento.

Concluo o meu discurso inspirado em uma Mensagem de Natal que recebi de um dos funcionários desta Casa:

Onde há vontade  
há um caminho  
Onde há boa vontade  
há muitos caminhos.



O trabalho de nossas mãos  
Ajuda a construir o futuro  
Ajuda a encontrar os verdadeiros caminhos do  
Tribunal de Contas.

Muito Obrigado.

.....  
Solicito ao Sr. Secretário Executivo, Ulisses Lins de Albuquerque que proceda a leitura do Termo de Posse.  
.....

Após a leitura, foram apostas as assinaturas no Termo de Posse do Presidente e do Vice-Presidente, respectivamente, FERNANDO DE MELO CORREIA e ADALBERTO FARIAS CABRAL.  
.....

CONSELHEIRO SEVERINO OTÁVIO RAPOSO

Convido o Conselheiro FERNANDO DE MELO CORREIA a assumir a Presidência dos Trabalhos.  
.....

Assumindo a Presidência dos Trabalhos, o Conselheiro FERNANDO CORREIA proferiu as seguintes palavras:

EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DR. MIGUEL ARAES DE ALENCAR;

EXMO. SR. DR. GILBERTO MARQUES PAULO  
Prefeito em Exercício da Cidade do Recife;

EXMO. SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO DE VASCONCELOS  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco;

EXMO. SR. DEPUTADO ARGEMIRO PEREIRA  
Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco;

EXMO. SR. CEL. JOSÉ JEFFERSON MELO REBOUÇAS  
Representante do Comando Militar do Nordeste;

EXMO. SR. CAPITÃO-DE-CORVETA ROMEL GUIMARÃES  
CORREIA

Representante da Capitania dos Portos;

EXMOS. SRS. CONSELHEIROS SEVERINO OTÁVIO RAPOSO,  
ANTÔNIO CORRÊA, HONÓRIO ROCHA, ADALBERTO FARIAS  
E ANTÔNIO ANDRADE;

EXMO. SR. PROCURADOR GERAL DR. GILVANDRO DE  
VASCONCELOS COELHO;

EXMO. SR. AUDITOR GERAL DR. LUIZ ARCOVERDE;

EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES;

EXMOS. SRS. DEPUTADOS ESTADUAIS;

EXMOS. SRS. SECRETÁRIOS DE ESTADO;

EXMOS. SRS. PREFEITOS E VEREADORES;

EXMOS. SRS. PROCURADORES, ADVOGADOS, DIRIGENTES  
DE EMPRESAS PÚBLICAS;

EXMOS. SRS. CONSELHEIROS DESTA TRIBUNAL SUETONE  
ALENCAR, ORLANDO MORAIS E GUEDES PEREIRA;

MEUS SENHORES E MINHAS SENHORAS,

Na ocasião em que sou investido da mais alta honra a que pode aspirar um Magistrado — Presidir o Tribunal que integra — as minhas primeiras palavras são de agradecimento aos que compõem o Colegiado desta Corte que, unanimemente, me deram a missão de, ao lado do companheiro Adalberto Farias Cabral, eleito Vice-Presidente, dirigir esta Corte de Contas.

Procurarei, com todas as minhas forças, permanecer fiel aos meus princípios, leal aos companheiros que integram o Colegiado deste Tribunal e a todos os seus servidores, e, sobretudo, humilde.

Retomo as palavras proferidas por ocasião da minha posse na condição de Conselheiro deste Tribunal:

“Ciente das responsabilidades, que não são poucas, não abdicando, em nenhum momento, de convicções pessoais

e dos compromissos contraídos neste instante, procurarei, como disse, com humildade e esforço pessoal, desincumbir-me dos encargos a mim conferidos. Fa-lo-ei, no entanto, em harmonia com o ensinamento do cronista-poeta Renato Carneiro Campos, com:

‘Uma certa alegria escondida de viver, e um certo vício irre recuperável de sonhar’.

Tenho consciência da honrosa e difícil missão. Honrosa porquanto irei presidir um Colegiado integrado por homens públicos como Oliveira Neto, Ruy Lins, Antônio Corrêa de Oliveira Andrade, Honório Rocha, Severino Otávio Raposo Monteiro e Adalberto Farias Cabral. Difícil, sobretudo, porque irei suceder ao Conselheiro Severino Otávio, cuja transparência administrativa já foi reconhecida e enaltecida por todos que integram esta Corte de Contas.

Reconheço, ainda, que se hoje sou investido na Presidência deste Tribunal, é porque enormes e significantes mudanças ocorreram na vida política nacional.

Antes de ser empossado como Conselheiro deste Tribunal, estive ao lado de todos aqueles que lutaram pela restauração do Estado de Direito. Hoje, ao lado dos companheiros que integram este Tribunal!, luto pela manutenção das instituições democráticas.

O paciente Jó, respondendo a Sofat de Naamat, disse:

“Por isso me vêm pensamentos sobre pensamentos, e o meu espírito é arrebatado para diversas reflexões. Ouvirei a doutrina como que me argúis, e o espírito da minha inteligência responderá por mim. Uma coisa sei, e é que desde o princípio, desde que o homem foi posto sobre a Terra, é breve a glória dos ímpios, e a alegria do hipócrita dura um momento”.

Restabelecida a normalidade democrática do País, convocada a Assembléia Nacional Constituinte, chegamos à Constituição de outubro de 1988.

É verdade que a nova Carta Magna não é um remédio milagroso para todos os males que assolam o nosso País. É verdade que ela tem imperfeições, e, em poucos pontos, reduzidos avanços. É verdade, todavia, que ela é legítima e, em sua grande parte, trouxe enormes avanços. Impõe-se o seu cumprimento.

As conquistas individuais e sociais, contidas na nova Carta, não passarão de letras mortas sem o adequado exercício que delas vierem a fazer o povo.

Com grande propriedade disse Karl Deutsch:

“As grandes reformas do mundo não podem ser iniciadas pela lei, embora possam ser por ela ajudadas. A legislação é apenas um dos elementos que contribuem para uma mais profunda mudança dos pensamentos e sentimentos dos indivíduos, grupos ou sociedades, que transformam uma época cultural ou política em outra”.

Os avanços da Constituição de 1988 contemplaram, também, os Tribunais de Contas. O texto constitucional ampliou, fortemente, as atribuições dos Tribunais de Contas.

A fiscalização e controle dos atos da administração pública não mais se limitam aos aspectos contábeis. Consagrado se acha o princípio de economicidade. Compete aos Tribunais de Contas, investigar se o dinheiro público foi efetivamente bem gasto.

Provavelmente, se os Tribunais de Contas tivessem, antes da promulgação de nova Carta, tal competência e condições objetivas de exercê-la, o País não estaria esmagado e o povo sufocado com uma enorme dívida externa e os Estados e Municípios em difíceis condições de governabilidade por dívidas contraídas para beneficiar reduzidos segmentos da população.

Os Tribunais de Contas passaram a ter competência para examinar a legalidade dos atos de admissão, a qualquer título — exceto as admissões para os cargos em confiança — quer na Administração Direta, quer na Indireta.

As decisões dos Tribunais de Contas impositivas de débito passaram a ter força executória.

As garantias, prerrogativas e impedimentos dos membros das Cortes de Contas foram mantidas para assegurar a liberdade e independência nos julgamentos.

O fortalecimento dos Tribunais de Contas é uma natural consequência do fortalecimento do sistema democrático.

Os constituintes nos deram as atribuições que reivindicamos democraticamente, compete-nos exercê-las.

Valiosa tem sido a contribuição e compreensão prestada ao nosso Tribunal pelo Excelentíssimo Governador do Estado Dr. Miguel Arraes de Alencar e pela Assembléia Legislativa. A luta por instalações condignas para o Tribunal foi uma constante de todos os ex-Presidentes alcançada na gestão do Conselheiro Oliveira Neto e do atual Governador. A criação de novos cargos para possibilitar o cumprimento das novas atribuições constitucionais foi conquistada pelo Conselheiro Severino Otávio com a compreensão do Legislativo e do Executivo.

As necessidades do Tribunal, o Executivo e o Legislativo, têm sido sensíveis.

Lutaremos em nossa gestão pela informatização do Tribunal. O aparelhamento deste Colegiado consistiu em tão somente na substituição da pena de ganso pela máquina de escrever.

Nós temos consciência das enormes dificuldades financeiras do Estado. Sabemos que a raiz do problema repousa no grande desnível sócio-econômico da sociedade brasileira, em que uma elite minoritária continua a explorar o trabalho quase escravo de uma maioria desassistida. Ocorre, todavia, que a não realização de uma reforma na estrutura social não pode ensejar o imobilismo diante dos problemas setoriais.

É tarefa nossa manter os servidores atualizados. Neste sentido procuraremos dinamizar, ainda mais, a realização de cursos, palestras e estágios.

Procuraremos, ainda, manter as portas do Tribunal abertas para a população e um estreito contacto com os órgãos públicos estaduais e municipais. Neste sentido buscaremos realizar reuniões periódicas com os Prefeitos e Vereadores nas diversas Microrregiões do Estado. O Tribunal também se deslocará para o interior do Estado. A revista do Tribunal, iniciativa louvável do Conselheiro Jarbas Maranhão, concretizada na administração do Conselheiro Severino Otávio Raposo, merecerá todas as atenções da nova gestão.

Conclamo os servidores da Casa, o Executivo e o Legislativo que nos concedam os meios para que possamos alcançar os objetivos.

Na minha posse no cargo de Conselheiro deste Tribunal invoquei o ensinamento do cronista e poeta Renato Carneiro Campos. Agora invoco o grande gênio da humanidade Charles Chaplin:

“Lutemos por um mundo novo. Um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê futuro à mocidade e segurança à velhice”.

Muito Obrigado.

.....

Passo a palavra de encerramento ao EXMO SR. GOVERNADOR DO ESTADO, DR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR.

**DISCURSO DO DR. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR — GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

SR. PRESIDENTE E CONSELHEIROS DESTA TRIBUNAL DE CONTAS;

SR. VICE-PREFEITO DO RECIFE;

SR. DESEMBARGADOR MAURO JORDÃO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO;

SR. REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DEPUTADO ARGEMIRO PEREIRA;

DEMAIS MEMBROS DA MESA;

AUTORIDADES;

MEUS SENHORES;

MINHAS SENHORAS.

É com muita satisfação que assistimos a esta solenidade de plena de autoridades e de pessoas de alta responsabilidade na sociedade pernambucana.

Aqui estamos para reafirmar aquilo que já sabem os membros deste Tribunal. O nosso desejo é de que ele aja com toda independência em relação a todos os órgãos que lhe cabe fiscalizar. Que a sua ação continue, como até agora, firme e decidida na defesa dos interesses da coletividade, pois é agindo dessa forma, os Tribunais e as autoridades em geral do Legislativo e do Executivo, que poderemos firmar a democracia e começar a mudar este País a partir da vontade da nossa gente tão sofrida, da nossa gente que carece de melhores dias.

O problema da democracia é fundamental para o nosso País e é importante que ela se firme e se alargue de forma que, a soberania desta grande Nação possa ser resguardada de modo que os graves problemas sociais, que todos conhecemos, possam aparecer e estar presentes nas horas das decisões de todos nós.

Meus cumprimentos ao Presidente e Vice-Presidente que agora se empossam. Meus agradecimentos ao Presidente que deixa hoje a direção desta Casa pela ampla colaboração que nos foi dispensada durante a sua gestão.



Sessão Solene de Posse do Conselheiro Fernando Correia na Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em 02 de janeiro de 1990